

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS  
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 22 - N.º 2 - JUL./ DEZ. 2002

# A GEOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA

*Inês Aguiar de Freitas<sup>1</sup>*

## 1. Introdução

A geografia tem passado, nas últimas décadas, por uma profunda “revolução”. Temas, objetos, conceitos, métodos e técnicas de análise têm se modificado e diversificado, levando a geografia a perder as características de ciência descritiva e empirista que a marcaram ao longo de toda a sua história. Dentro deste quadro, cremos que é hora de nossa disciplina reforçar a necessidade de uma prática interdisciplinar (que, na verdade, também sempre a caracterizou) que possa levar a uma cada vez mais intensa renovação interna.

É dentro desse espírito de renovação, que gostaríamos de propor o estabelecimento do diálogo entre a geografia e uma disciplina recente, ainda pouco conhecida no Brasil – a história ambiental. Cremos que a história ambiental apresenta muitos pontos de interesse comum com a nossa ciência e vice-versa e que, sendo assim, os geógrafos não podem deixar de estar atentos às propostas que os historiadores ambientais trazem para o campo das idéias sobre as relações entre natureza e sociedade. Não podem também deixar de dar sua contribuição a essa nova disciplina. E, principalmente, devemos reconhecer na produção geográfica os autores que, mesmo sem o saber, já têm realizado interessantes trabalhos para uma “história ambiental” das diversas regiões do Brasil.

O principal objetivo deste artigo é inaugurar o debate da geografia brasileira com a história ambiental, a partir do estabelecimento de algumas diretrizes gerais que permitam uma produção acadêmico-científica de qualidade, em história ambiental, por parte dos geógrafos brasileiros. Ou seja, é preciso apresentar àqueles interessados neste novo ramo do saber qual o “estado da arte” da história ambiental – seus autores e sua produção (nacional e estrangeira), seus temas, em que métodos se apóia, seus objetivos, sua forma de abordagem etc.

---

<sup>1</sup> Inês Freitas é Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: freitasines@hotmail.com.br.

É fundamental que todo campo do conhecimento tenha seus limites bem traçados, que seja bem conhecida a natureza de suas preocupações, que tenha seus objetivos bem definidos e que, ao se fundar, possa estar trazendo uma nova e real contribuição para a compreensão do mundo em que vivemos – condição essencial para o nascimento de qualquer ramo da ciência.

Da mesma maneira, nenhuma ciência ou disciplina acadêmica pode tomar seu objeto como “dado”. Este tem que ser claramente definido (muitas vezes, construído ao longo de muito tempo) e, claras, devem ser também as razões de uma tal escolha. Assim, o primeiro passo em qualquer processo de descobrimento deve ser a definição de um campo de estudo ou domínio.

A natureza desse domínio sugere ainda como os *objetos* que o formam têm sido descritos e como tais descrições têm sido melhoradas e modificadas ao longo do tempo. Assim, acreditamos que a história ambiental também terá mais nítido seu objeto, na medida em que o tempo nos permita traçar sua historiografia.

A natureza de um domínio e seus componentes sugere ainda quais conceitos formam seu corpo teórico e como esses têm sido aplicados. Ou seja, nenhuma ciência pode avançar sem uma clara definição dos conceitos das quais se utiliza. Se, no caso da história ambiental, esta nova disciplina se apóia nos métodos e em alguns conceitos da história, por outro lado, devemos lembrar que a interdisciplinaridade que caracteriza este novo ramo do conhecimento parece atingir cruelmente esses conceitos, fazendo-lhes sofrer do mesmo mal que aflige a maior parte dos conceitos da geografia: o risco do esvaziamento de sentido, o que acaba por lançar-lhes no senso comum.

A clara definição de um domínio exige ainda a definição de com que outras disciplinas ele está relacionado. (E, se no caso da história ambiental essas disciplinas correlatas não são poucas, a que nos interessa de perto é, sem dúvida, a geografia).

Apesar dos alertas acima, lembremos que a História Ambiental é um campo interdisciplinar e, assim, inclui diferentes dimensões. Daí a dificuldade em reconhecê-lo, classificá-lo ou tentar cercá-lo dentro de estreitos limites temáticos, como normalmente se tenta fazer com as demais ciências. Temas, objetos, abordagens, objetivos, métodos e formas de narrativa – tudo tem sido construído pouco a pouco, através da elaboração dos originais e interessantes trabalhos que têm constituído aquilo que hoje já se pode denominar “História Ambiental”.

## 2. O que é História Ambiental?

A história ambiental é uma disciplina nova, praticada principalmente nos EUA, na Austrália e em alguns outros países de língua inglesa, nascida do interesse e dos trabalhos de pesquisa de uma pequena comunidade acadêmica, formada principalmente por historiadores e biólogos, vindos de diferentes temas e especialidades.

Este novo campo do conhecimento vem sendo construído há cerca de quinze anos, ligando a história natural à história social. Esta característica básica da proposta dos criadores da História Ambiental torna-se possível devido ao fato de a construção dessa nova disciplina se apoiar em uma visão arraigadamente inter-disciplinar, interessada em tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana (WORSTER, 1991).

Drummond (1997), um dos primeiros divulgadores da história ambiental no Brasil nos indica alguns nomes constituintes do grupo de trabalho em história ambiental nos Estados Unidos. Seriam eles: William Cronon, Donald Worster, Richard White, Stephen Pyne, Warren Dean, Alfred Crosby, Joseph Petulla, Frederick Turner, Roderick Nash, Samuel Hays, Richard Tucker, entre outros.<sup>2</sup> O grupo tem por objetivo principal “colocar a natureza na história”, segundo palavras de William Cronon.

Segundo Donald Worster (1991, p. 198), até pouco tempo, o assunto tradicionalmente importante para os historiadores era a política e, conseqüentemente, o único campo que merecia interesse era o Estado Nacional. Ou seja, a história sempre dedicou sua atenção a temas relacionados com o funcionamento das instituições formadoras dos Estados Nacionais. Mas, há algum tempo esse conceito da história começou a perder terreno, na medida em que o mundo evoluía para um ponto de vista “mais global”. Os historiadores começaram a abandonar um pouco da sua certeza de que o passado tenha sido tão integralmente controlado ou representado por alguns poucos homens ou determinado tão-somente por interesses de Estado. Os estudiosos começaram a desenterrar camadas longamente submersas das vidas e pensamentos das pessoas comuns, e tentaram reconceituar a história “de baixo para cima” (Worster, 1991), valorizando

---

<sup>2</sup> Este grupo possui uma associação profissional – a *American Society for Environmental History* – e um periódico – a revista *Environmental History*.

cada vez mais conceitos como “território”, “territorialidades”, enfim, até diríamos, aproximando-se (no caso da História Ambiental) de categorias até hoje tão próprias da geografia.

É nessa nova forma de se fazer história (baseada na vida e pensamentos das pessoas comuns) que a História Ambiental se insere. E ela vai além, pois considera a terra (o meio ambiente) como um agente e uma presença na história. Isto impõe ainda uma análise mais global, na medida em que os fenômenos que ocorrem no meio ambiente não ficam restritos às fronteiras dos Estados Nacionais. E, se quisermos entendê-los e associá-los à evolução das práticas sociais, precisamos ter uma visão mais integrada do mundo, que não fique restrita às fronteiras políticas.

Pavimentando o caminho da “História Ambiental”, Worster indica que esta disciplina “trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 202). E lembra que esta “nova história” encontra seu principal tema de estudo na esfera “não-humana”. Ou seja, tudo aquilo que não é construído pelo humano (e que normalmente chamamos de “natureza”) mas que exerce influência sobre a vida humana. Aquelas “energias autônomas que não derivam de nós”, mas que “interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições”.

Haveria três níveis de funcionamento na História Ambiental, ou, se preferirmos, três grandes conjuntos de questões:

1. Aquele que trata do **entendimento da natureza propriamente dita** – seus aspectos orgânicos e inorgânicos, enfim uma “história natural”, sempre com a perspectiva de começar os estudos em História Ambiental com a apresentação do passado das paisagens que serão estudadas.
2. O segundo nível de investigação trata do **domínio sócio-econômico**, na medida em que este interage com o ambiente – ferramentas de trabalho, modos de produção, relações sociais, instituições, decisões ambientais – ou seja, está incluído neste nível o estudo do poder de tomada de decisão de uma dada sociedade, inclusive as decisões econômicas e políticas referentes ao meio ambiente.
3. O terceiro nível cuida de um tipo de interação “mais tangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um

indivíduo ou de um grupo, com a natureza. (WORSTER, 1991. p. 202). Seria aquilo que Turner (1990) chamou de uma “**história espiritual**” que um povo tem com seu território.

Longe de um “determinismo ambiental”, pode-se ver que a História Ambiental é uma história que inclui a natureza como objeto, mas também como resultante de processos engendrados pelo homem e pela evolução natural da área, ou seja, a paisagem. (WORSTER, 1991). Vejamos alguns exemplos do que estudam alguns historiadores ambientais.

William Cronon, um dos mais ativos participantes do “grupo fundador” da História Ambiental” nos Estados Unidos e que ocupa, não por acaso, a cadeira *Professor Frederick Jackson Turner*<sup>3</sup> de História, Geografia e Estudos Ambientais, na Universidade de Wisconsin-Madison, nos mostra em sua obra “como é importante refletirmos sobre a natureza e sobre nossas relações físicas complexas com o mundo natural”, pois...

“a natureza que carregamos dentro nós é tão importante quanto a natureza que nos cerca, porque a natureza que está dentro de nós é com certeza o motor que dirige nossas interações com a natureza física, neste contínuo processo de transformação homem/natureza.” (CRONON, 1995)

O que nos traz à lembrança a tese presente na obra *Paisagem e Memória*, de Simon Shama:

“Estamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente... Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha”. (SHAMA, 1996, p. 8)

---

<sup>3</sup> Frederick Jackson Turner (1861-1932) foi o historiador americano que primeiro estudou a idéia da fronteira como formadora do espírito americano. Turner rejeitou a doutrina de que as instituições americanas deveriam ser compreendidas principalmente pelas suas origens européias e demonstrou suas teorias em uma série de ensaios. Em *The Significance of the Frontier in American History* (1893), ele desenvolve a idéia de que a alma Americana foi esculpida pela vida na fronteira e pelo fim da “era da fronteira”. O conjunto de seus ensaios foi publicado sob o nome de *The Frontier in American History* (1920) and *Significance of Sections in American History* (1932, Prêmio Pulitzer).

Podemos perceber aqui o tema daquele terceiro “grupo de questões”, apontado por Worster e que nos lembra de que a História Ambiental incorpora um elemento de análise bastante raro nas demais ciências ambientais: a construção imaginária da natureza pelo homem.<sup>4</sup>

Nos Estados Unidos, a História Ambiental tem como base, ainda, a história da conservação ambiental. E isto fica claro se observarmos que, em uma de suas atuais linhas de pesquisa, William Cronon se preocupa em decifrar “como as comunidades humanas modificam as paisagens em que vivem e como as pessoas ao redor são afetadas pelas mudanças ocorridas nas condições geológicas, climatológicas, epidemiológicas e ecológicas” (CRONON, 1995).

“talvez o mais intrigante, é que a *wilderness*<sup>5</sup> encara um dualismo antigo em que o ser humano e a natureza se opõem. A natureza selvagem, pela definição, é o lugar onde os seres humanos não estão, e nossa presença pode não somente manchá-la, mas também destruí-la. Este dualismo é algo muito complexo, pois para se tentar construir um movimento ambiental tem que se encarar o desafio moral de viver sustentavelmente na terra.” (CRONON, 1995)

Explica ainda que a *natureza intocada* sobrevive em um espaço cultural, e que sobreviverá somente se considerarmos o contexto cultural, político e econômico sob o espaço que a natureza selvagem está inserida. E lembra que: “o não uso, ou seja, a natureza intocável não é uma opção: viver na natureza é usá-la e transformá-la com a nossa presença. A escolha que nós fazemos não deve ser a de não deixar nenhuma marca, que é impossível, mas sim quais tipos de marcas nós desejamos deixar”.

---

<sup>4</sup> Ou, se preferirmos, a História Ambiental se ocupa de uma “história espiritual” – a história do momento em que uma comunidade substitui um mito pelo outro. (No caso da América do Norte, trata-se do momento em que os mitos dos nativos foram substituídos pela religião cristã.) Ver TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e Terras Selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

<sup>5</sup> Sobre o conceito de *Wilderness*, cuja tradução para o português empobrece seu sentido, tivemos a mesma dificuldade encontrada por Antônio Carlos Diegues ao traduzir sua obra *O mito moderno da natureza intocada*, optando por traduzir *Wilderness* por *natureza intocada*. Aqui, chamaremos *wilderness* de *natureza intocada* ou *natureza selvagem*.

É ainda na obra *Humanist Environmentalism: A Manifesto*, que o mesmo autor nos dá algumas pistas importantes para a apreensão e compreensão dos objetos e objetivos da História Ambiental e que podemos reconhecer também algumas palavras-chave para uma melhor apreensão do que seja História Ambiental: *Wilderness*, marcas, paisagem, valores, ética, antropocentrismo, sonhos, medos, mito, religião, história – todas elas denotam elementos imprescindíveis para a construção de uma História Ambiental. E estas palavras-chave se reforçam na obra de muitos outros historiadores ambientais. A título de exemplo, vejamos algumas idéias presentes nas obras de Worster e Turner.

Também considerado fundador do tema, Donald Worster começou a estudar História Ambiental a partir de seu grande trabalho em história das idéias ecológicas, *Nature's Economy*, publicado em 1977. Neste trabalho acadêmico, o autor fez uma tentativa consciente de “colocar a ciência dentro da história – a história das pessoas, sociedades, culturas e economias” – e inaugura uma investigação sobre a “ecologia do passado”, ou seja, revê a origem da evolução, discute as teorias evolucionistas e mostra como essas idéias transformaram nossa maneira não só de ver a natureza, mas de nos relacionarmos com ela. Sua pesquisa defende ainda a idéia de que, desde o século XVIII, o ocidente foi dividido em duas partes opostas – uma dedicada ao pensamento livre, à pesquisa por valores, ordem e propósitos na vida, e, outra, à ênfase na dominação da natureza e na devastação da mesma. Esta dicotomia, crê o autor, levou à alienação espiritual das pessoas em relação à natureza. Enfim, *Nature's economy* tenta mostrar a maneira através da qual os descobrimentos biológicos se refletem nos valores culturais. Baseando-se em temas como a relação entre ciência e cultura, Worster, em 1984, escreveu *History as Natural History*, onde estabelece uma nova perspectiva para a recém-criada História Ambiental.

Frederick Turner<sup>6</sup> talvez seja um dos poucos historiadores ambientais cuja obra foi traduzida no Brasil. Trata-se do autor de *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e Terras Selvagens* (1990). Nas palavras do autor reside todo o conjunto de idéias e interesses que fundam este campo do conhecimento, no momento em que Turner define sua obra como um

---

<sup>6</sup> Não confundir com Frederick Jackson Turner, o historiador americano já citado anteriormente.

“ensaio de história espiritual”. Ele parte do princípio que “o Ocidente cristão trocou o mito pela história como forma de entender a vida”, encontrando aí as raízes mais profundas do confronto entre europeus e os povos nativos da América no que concerne às suas concepções sobre a *wilderness*. Mostra como as religiões históricas originadas no Velho Testamento dessacralizaram o mundo natural e desenvolveram ódio profundo pela natureza jamais tocada pelo trabalho do homem. Essa obra talvez seja o exemplo mais concreto que poderíamos encontrar daquilo que queremos definir como história espiritual.

A História Ambiental tem-se, no entanto, desenvolvido em ritmo e importância diferenciados, nos diferentes países. Peguemos um pouco dessa história a partir do exemplo (além do dos EUA, visto acima) da Austrália, da França e do Brasil.

A Austrália tem sido apresentada como a segunda maior “escola” de História Ambiental. Sua condição de ex-colônia, a relação da parte de seu povo imigrante com os aborígenes (tão duramente construída), as necessidades geográficas (de conhecimento do território) e ambientais em geral, e ainda o caráter “estrangeiro” de seus primeiros acadêmicos formados em escolas americanas de geografia histórica – todos constituem fatores de importante produção em História Ambiental. Sem falar nos cursos de pós-graduação que se desenvolvem a cada semestre. A História Ambiental na Austrália tem desempenhado um importante papel na atualidade, visto que retoma a experiência mais consistente dos geógrafos históricos e segue de perto os modelos da História Ambiental feita nos Estados Unidos. Esta influência cresceu muito, devido ao prestígio dos estudos referentes ao Oeste dos Estados Unidos (ambiente com o qual muitos australianos sentem um certo grau de afinidade).

Os autores australianos, em geral, parecem apresentar uma tendência forte e enraizada na idéia da existência de uma dinâmica independente da natureza. Esta tendência conduz especialmente aos estudos dos problemas relacionados com o tema dos recursos naturais e do manejo ambiental. Os estudos australianos referem-se ainda à perspectiva ecológica na história, da maneira proposta pelos americanos, na qual, como vimos, se reconhece três níveis primários de análises: a natureza, as interações das tecnologias produtivas com o ambiente e os valores e as atividades humanas. Dessa forma, têm examinado as dinâmicas dos ecossistemas naturais através do tempo e o impacto da política econômica no meio ambiente. Isto, no caso

australiano, acabou por remetê-los a uma importante ênfase nos estudos dos sistemas de produção rural, com grande atenção aos temas ligados à colonização e ao desenvolvimento regional.

A França tem desenvolvido uma História Ambiental pouco incipiente em aspectos locais/regionais, porém, forte em termos globais. Este país tem sido outro centro de inovação em História Ambiental especialmente representado pelos historiadores associados com a escola dos *Annales*, que têm trabalhado em temas ambientais há várias décadas. Um dos pioneiros foi Fernand Braudel que dedica uma parte de seus trabalhos ao Mediterrâneo, dando ênfase ao meio ambiente na evolução histórica daquela região do mundo.

Outros pesquisadores franceses como Lucien Febvre, March Bloch, Michel Deveze, Emmanuel Leroy Ladurie, da mesma escola, também devem ser citados como pesquisadores que se preocuparam em estudar as comunidades locais e pré-modernas com ênfase na exploração ecológica engendrada pela economia capitalista.

Os raros trabalhos dedicados ao campo da História Ambiental no Brasil (mesmo que assim não se apresentem) têm dado especial atenção a pequenas regiões. Uma boa parte das pesquisas sobre nossa História Ambiental se refere à região amazônica. Outros trabalhos se dedicam às análises de aspectos ecológicos das áreas de florestas (estes, muito voltados para sua dinâmica ambiental e para a ecologia propriamente dita) e, ainda, alguns estudos que seguem o contexto de uma história social e econômica já consolidada. Há, no entanto, alguns estudos que tratam do papel do meio ambiente e dos recursos naturais na história das cidades brasileiras. E, aqui, deve-se destacar a obra *A Cidade, a Montanha e a Floresta*, de Maurício de Abreu (1992). Bastante conhecida dos brasileiros (especialmente de seus colegas geógrafos), poucos são aqueles que poderiam reconhecer que Abreu exerceu ali as características que nos permitem reconhecer, nessa sua obra, o ofício de um historiador ambiental. Reconhecido geógrafo dedicado à geografia histórica, e tratando sempre de temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro, Abreu tem, inclusive, apontada esta obra, como de História Ambiental, na página eletrônica da biblioteca da Universidade de Stanford.<sup>7</sup>

E, finalmente, devemos destacar o trabalho do professor Drummond,

---

<sup>7</sup> <http://www.stanford.edu/group/LAEH/html/brazil.html>.

um cientista político que vem contribuindo, com publicações e traduções, para a divulgação da História Ambiental no Brasil.

E é neste autor que encontramos mais algumas pistas para a definição de uma História Ambiental (DRUMMOND, 1997) que se configuram também como mais alguns pontos para relacioná-la com a geografia:

- A primeira característica é a de que quase todas as análises realizadas em História Ambiental, até agora, focalizam uma região geográfica com algum grau de homogeneidade natural (a *região* geográfica?).
- Uma segunda característica dos estudos da História Ambiental, também peculiar à Geografia, é o seu diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais aplicáveis ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas, ou seja, um trabalho interdisciplinar em geologia, geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e, principalmente, ecologia. Segundo Drummond (1997, p. 23), “os historiadores ambientais não fazem apenas visitas protocolares às ciências naturais: dependem delas para saber como funcionam os ecossistemas sem interferência humana, para daí identificar com precisão os efeitos ecossistêmicos da ação humana.” (Notamos aqui a relação com o primeiro grupo de questões apontado anteriormente, a partir dos estabelecidos com Worster.)
- A terceira característica da História Ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos úteis e os diferentes estilos ou níveis civilizatórios das sociedades humanas.
- Uma quarta característica é a grande variedade de fontes. Os historiadores ambientais usam fontes tradicionais da história social e econômica. Aqui, os relatos de viajantes, exploradores e cientistas europeus que se expandiram pelo globo, a partir do século XV, assim como autores do passado são fontes fundamentais.
- A quinta e última característica da História Ambiental seria o trabalho de campo. (Ponto fundamental da prática geográfica em todos os tempos.)

Apesar da crítica à qual devem ser submetidas as características acima, podemos considerá-las como elementos de aproximação entre *História*

*Ambiental e Geografia* e devem servir de incentivo à criação de linhas de pesquisa que reúnam estas duas disciplinas.

A História Ambiental é, em resumo, parte de um esforço para tornar a disciplina da história muito mais aberta à inclusão do elemento “natureza” nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a História Ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (WORSTER, 1991). E aí reside o ponto fundamental da História Ambiental. Ela encara o homem como transformador do meio ambiente, mas essas transformações sofrem restrições do ambiente físico. Por exemplo: se um povo vive em uma região seca, para suprir a necessidade de água, o mesmo não consegue transformar essa região no sentido de aumentar a quantidade de chuva; no máximo, é capaz de construir um sistema de irrigação que possibilite sua sobrevivência. Ou seja, apesar de toda a cultura e tecnologia humanas, o homem ainda está sujeito, mesmo que parcialmente, às restrições naturais. (O que nos remete, imediatamente, às idéias fundadoras da geografia como ciência – especialmente as de Ratzel e Vidal de La Blache – no início do século XX.)

Hoje, no Brasil, diferente de outras regiões no mundo, o campo da História Ambiental ainda não é facilmente reconhecível. Ela não é uma área de abordagem explícita dentro das pesquisas acadêmicas e não se tem nenhum curso universitário cuja ênfase seja em História Ambiental, daí a pertinência deste trabalho, resultado preliminar de nossas investigações neste tema. Dado este quase ineditismo, não temos notícias de importantes pesquisas nessa área de conhecimento, especialmente no âmbito da geografia brasileira. Trata-se, portanto, para nós, geógrafos, de um tema totalmente novo, para o qual parecemos ser chamados a participar deste grande projeto interdisciplinar. Cremos que não podemos desprezar uma disciplina que tem a natureza como objeto, vendo-a como resultante dos *processos naturais* aliados aos *processos engendrados pelo homem* (como normalmente visto pela geografia), mas também como resultante de uma “*história espiritual*” de uma dada comunidade – três elementos essencialmente criadores de uma paisagem, segundo os historiadores ambientais.

## A GEOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA

**Resumo:** Este artigo vem propor o diálogo da geografia com uma disciplina recente, a História Ambiental. Cremos que esta apresenta pontos de interesse comum com a nossa ciência e que devemos prestar atenção às propostas que os historiadores ambientais trazem para o campo das idéias sobre as relações entre natureza e sociedade.

Este novíssimo campo do conhecimento vem sendo construído apoiado na relação entre história natural e história social e tem como objetivo tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana. Há uma nova forma de se fazer história onde a História Ambiental se insere, considerando o meio ambiente como um agente e uma presença na história. Devemos estar atentos a uma disciplina que tem a natureza como objeto, vendo-a como resultante dos *processos naturais* aliados aos *processos engendrados pelo homem* (como normalmente visto pela geografia), mas também como resultante de uma “*história espiritual*” de uma comunidade.

**Unitermos:** Natureza/História/Meio Ambiente/Cultura/Ecologia/Memória.

## LA GÉOGRAPHIE DANS LA CONSTRUCTION D'UNE HISTOIRE DE L'ENVIRONNEMENT AU BRÉSIL

**Resume:** Cet article s'élève proposer le dialogue de la géographie avec une discipline nouvelle - l'histoire de l'environnement. Nous croyons que celle-là présente des sujets très intéressants et très proches de ceux de la géographie. Nous pensons que les géographes devraient faire attention aux propositions que les historiens de l'environnement apportent aux idées concernant nature et société. Ce nouveau champ de la connaissance a pour sujet le rapport entre l'histoire naturelle et l'histoire sociale et il a pour but découvrir la place de la nature dans la vie humaine. Il y a une nouvelle manière de faire l'histoire où l'environnement est vu comme un sujet et une forte présence dans l'histoire. Nous devons être attentifs à une discipline qui prend la nature comme objet, en la regardant comme la résultante des processus naturels alliés aux processus déclanchés par l'homme (comme normalement vu par la géographie), mais aussi comme la résultante d'une “histoire spirituelle” d'une communauté.

**Mots- clés:** Nature/Histoire, Environnement/Culture/Écologie/Mémoire.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transportes, 1992.

\_\_\_\_\_. A Cidade, a Montanha e a Floresta. In ABREU, Maurício de A. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transportes, 1992.

CRONON, William. *Humanist Environmentalism: A Manifesto*. New York: Hill and Wang, 1995.

CRONON, William. The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature, in *Environmental History*, Jan. 1996, p. 7-28.

DIEGUES, Antônio C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DRUMMOND, José A. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

SHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e Terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, vol.4 : 8, 1991. p. 198-215.

WORSTER, Donald, ed. *The Ends of the Earth*. Perspectives on Modern Environmental History. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WORSTER, Donald, History as Natural History: An Essay on Theory and Method, in *Pacific Historical Review* 53, 1984. p. 1-19.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

Recebido em: 11.11.2002

Aceito em: 05.12.2002